FHC: Discurso

ESTADO DE SÃO PAULO

ÍNTEGRA

"A sociedade está ansiosa por resultados"

...a situação. E hoje já existem instituições capazes disso.

Por isso — se me permitem passar em revista esses tópicos — eu diria que os planos econômicos e os programas sociais que nós estamos já implantando, vêm já com esta visão. Basta dizer o seguinte: o real não é uma moeda, a moeda é um símbolo — símbolo importantíssimo. Importantíssimo porque é o símbolo da confiança no valor do resultado do seu trabalho. Quando alguém que trabalha recebe a moeda, ela não vai desaparecer do seu bolso. É um símbolo que tem a ver com a dignidade da pessoa. Moeda forte não quer dizer acumulação, não quer dizer monetarismo. Não! É um símbolo, um símbolo importante. Mas esse símbolo só se torna importante na medida em que, efetivamente, ele praticamente, para as pessoas que detêm a moeda, esta moeda signifique uma capacidade maior de acesso a certos bens. Ou seja, é preciso que ela, por si mesma, haja uma distribuição de renda. E nós fizemos isso.

Eu peço que vejam, daqui a pouquinho, que não só o poder de compra aumentou imediatamente, a despeito de todas as análises erradas que foram feitas; os ganhos dos bancos e dos governos caíram. E, freqüentemente, argumentos de má-fé, se procura dizer: 'Mas o governo está dando dinheiro para banco.' Não! O governo está assegurando os depósitos de real que as pessoas têm, os pobres, a classe média, o setor produtivo, nos bancos. Porque quando um banco quebra, quem quebra não é o banqueiro, é o depositante; quem perde o dinheiro não é o banqueiro. Agora perde o banqueiro, quando se arresta o bem, mas o depositante não perde — daí o Proer, para garantir a possibilidade de que aquele que tem o seu dinheirinho possa continuar tendo esse dinheiro.

Mas o banco perdeu. E o sistema financeiro brasileiro está perdendo e, pela primeira vez, depois de muito tempo, com dificuldades, que também eu espero que sejam passageiras, e nós estamos lutando para que seja, porque nós não podemos ter um sistema econômico sólido sem um sistema financeiro sólido. Então, nós não temos nenhum temor de enfrentar esses problemas. Mas o importante é o outro, é que a população teve, realmente, uma melhoria de renda. E eu peço, então, que mostre aí uma tabela que diz o seguinte: como é que essa renda se verificou, o efeito dela foi imediato, é só verificar aí o que aconteceu com o consumo de alimentos em 95 e 94. Os ovos tiveram um aumento de 16,4%; os frangos, que todo mundo pensa que é o único — não é —, é 16,6%; conservas, 40,7%; congelados, 92,8%; iogurte, 89,4%. De um ano para outro. É a moeda estável, que teve o efeito imediato de garantir a continuidade do valor do dinheiro e permitir essa expansão seguida de aumento de renda que eu vou mostrar daqui a pouquinho.

Pode ver a outra tabela. Diz respeito, aqui, ao aumento do consumo de bens duráveis. Geladeiras, aumentou 30,5%; TV em cores, 51,5%; e liquidificadores, 12,7%. Veja, comida, depois se passa aos bens normais de uma casa: geladeira, TV, liquidificadores.

Quer dizer, quando se dá um acesso dessa proporção, não é a classe média alta que está comprando. Não é nem mesmo a classe média, é o povo, que começa a ter acesso a esses bens. Isso diz respeito ao modo de vida, ao bem-estar social. É claro que quem está no bolsão da miséria não comprou. Eu vou chegar lá.

Mas isso significa que houve uma transformação importante, e que tem de ser garantida, porque ela não é garantida, permanentemente, se nós não tivermos uma ação muito energética, em olhar os gastos públicos, em olhar as finanças públicas, em olhar as taxas de juros, etc. e etc.

Quando se olha o cimento, em milhões de toneladas, é muito interessante. Porque aqui tem um gráfico que vai — mesmo de óculos eu enxergo pouco — desde 1990, 91, 92, 93, 94, 95. Em 95 tem um pulo. E não houve um aumento grande da construção de grandes obras. É que houve o aumento do consumo formiguinha. É fazer reforma na favela, é fazer reforma na casa popular, é construir a casa população mais pobre.

Cresceu, fortíssimamente — nós temos aqui um aumento de 28% no consumo de cimento, num momento em que a construção civil não teve esse mesmo crescimento. É consumo de massa. Houve, até mesmo, como se sabe, modificação na embalagm do cimento para fazer saco de um quilo, para a população poder utilizá-lo.

Mais adiante vão ver, também, que houve um imenso aumento de venda de automóveis. Mas aí são só os automóveis chamados populares. E eles aumentaram em milhares. 93, 94, 95, vê-se aí a curva desses automóveis nos setores mais populares.

E a capacidade de compra da população prossegue dois anos depois do Real. É isso que explica esse crescimento, por exemplo, de televisão, da ordem de 50%.

Quê que eu quero dizer com isso? Quero dizer com isso o seguinte: é dar um exemplo do que eu disse há pouco. Isso não abrange o conjunto da área social, mas isso mostra que a separação entre o econômico e o social, feita de forma mecânica, é antiquada. Na medida em que se programa uma estabilização, e não foi fácil programá-la desta forma, ela saiu dos cânones internacionais, ela não teve o apoio do Fundo Monetário Internacional — nunca ninguém diz isso —, foi a única, talvez, bem-sucedida no mundo que não teve o apoio do FMI. Nós não fomos para uma linha de recessão. Fomos para uma linha de crescimento moderado, mas de crescimento. E fomos para uma linha de distribuição de renda.

Na medida em que se faz isso é que se consegue mostra que se supera o dilema entre o econômico e o social. Ou se supera esse dilema ou a discussão é vã. Tão vã quanto se dizia da vã filosofia. Ficam alguns, tudo pelo econômico, outros tudo pelo social. Não. É junto. O resto é metafísica, como se diria antigamente. Hoje eu não sei.

O fato é que o dilema nosso, nessa área de globalização, é precisamente ou ganhar nos dois ou fracassar nos dois. Não há mais opção como no passado. 'Ah, a economia vai crescer.' Não vai, se não crescer o aumento do bem-estar, se não crescer a educação, se não crescer o acesso ao mercado. Acabou essa possibilidade que manteve o Brasil do passado, da injustiça. Cresceu a economia, tem uma classe na abundância. Não vai acontecer mais isso, porque agora nós estamos criando um mercado de outra natureza, que ou se mantém o crescimento para baixo, ou não se mantém o crescimento. Não dá mais. Nós estamos passando de um padrão de crescimento econômico e de um estilo para outro estilo de consumo em que a massa começa a participar desse estilo de consumo.

Já não é simplesmente um povo à margem, embora haja excluídos — já voltarei a eles —, mas é uma massa que começa a consumir, e que portanto vão exigir crescentemente ações para garantir a expansão desse consumo. Então nós temos que pensar em conjunto as duas coisas.

E se nós pensarmos que o mundo de hoje é um mundo, que é um mundo competitivo — e ele é competitivo — nós vamos ter que imagina que nós vamos precisar crescentemente de qualificação profissional, de educação, de saúde. Enfim, que nós não podems, com baixos índices nessas áreas, ter a ilusão de que nós vamos ter chances de abrir a economia, que nós vamos ter chances de uma inserção mundial.

Quem falar em inserção global não pode imagina que a inserção, autônoma que seja, que essa inserção é uma inserção que não tem problemas. Ela tem muitos problemas. E nem quer dizer que nós devamos cruzar os braços e dizer: 'Tudo é assim porque está sendo inserido.' Não! Como é que nós vamos nos inserir. E se nós quisermos nos inserir de uma maneira produtiva para o País, nós temos que, ao inserirmo-nos no processo produtivo global, nós temos que atacar mais fortemente a questão social, fortemente a questão de educação, fortemente a questão de saúde, a questão de profissionalização.

E nós vamos, para isso, precisar de investimento. A reforma social não se faz sem economia estabilizada e sem capacidade de atrair investimentos. Investimentos que não vão ser só nossos, mas são investimentos estrangeiros também. Nós precisamos de volumes crescentes de capital externo, não só pelo capital, como pela tecnologia, como pela possibilidade de que haja essa integração mais ampla da economia brasileira.

E é por isso qe nós precisamos ter também, se nós quisermos ter investimentos, nós precisamos ter uma outra cara nesse País. Na verdade nós qeremos outra cara não é por causa dos investimentos. É porque nós queremos a outra cara. Nós não queremos um país de uma enorme quantidade de infelizes e desgraçados, à margem do progresso, mas ao mesmo tempo. Essa é que é a mudança. Ou temos isso ou não temos investimento.

No passado era possível ter investimento sem ter uma sociedade que seja humanamente correta. Hoje a questão de uma sociedade como um assento humano é essencial para o próprio desenvolvimento. Acabou essa diferença. E quem não viu isso está desiludido. Pensa simplesmente que pode manter padrões anteriores e pensa que pode crescer a economia sem que haja uma transformação que atinja o cerne do social e não vai ser possível.

Pois bem. Hoje o país que a gente vê que tem realmente esse... nos países que eu mencionei aí, uma figura mais equilibrada é o Chile. Exatamente porque o Chile teve indicadores, tanto sociais como econômicos, mais equilibrados. E muitos indicadores sociais, como eu estava mostrando aí, no gasto público. E não só no gasto, mas na distribuição do gasto pelas camadas mais pobres, foi o país que mais avançou. Por isso mesmo o Chile é, hoje, um país que tem condições mais estáveis de crescimento.

E nós precisamos de um crescimento que não é qualquer crescimento. Têm que ser um crescimento que tenha esses efeitos e um crescimento que tenha a capacidade de se sustentável para gerar empregos, para aumentar os salários e continuar promovendo uma distribuição de renda, além de ser o investimento e um crescimento que diga respeito ao que hoje é outra dimensão fundamental do mundo contemporâneo que é o respeito ao meio ambiente, que é a preservação das condições de reprodução da vida e de reprodução das condições, da própria condição de sobrevivência digna das populações.

Isso, hoje, é do cerne mesmo da questão do crescimento. As discussões — nfim, não vou voltar a isso porque são coisas que no meu passado são tão vivas em mim — os debates sobre crescimento ou meio ambient e crescimento, ou desenvolvimento social, é velho. Hoje é tudo junto.

E nós prcisamos, o governo tem de ter uma visão estratégica do desenvolvimento que concilie o equilíbrio fiscal do setor público, porque se não houver isso há inflação e havendo inflação não tem efeito benéfico que concilie tudo isso com o investimento em setores estratégicos e com a condução de estímulos ao investimento privado e público. E nós estamos tentando fazer isso.

Eu pediria que mostrassem, aí, as taxas de investimento do PIB e, por favor, não me venham dizer que é economicismo ou neo qualquer coisa, porque isso é neoburrismo. Taxas de investimento. Aí estão as taxas de investimento.

A taxa brasileira caiu vergonhosamente e, em 92, nós estávamos com 13,5%. E nós estamos recuperando desde o governo Itamar. Podem ver. Aliás a recuperação vem sempre assim. Tem uma espécie de vale, que são os anos Collor, e depois começa a recuperar. Estão vendo aí. Aqui há uma forte, mas forte recuperação. Agora, essa rècuperação é muito pequena ainda. Aí os dados mostram que nós temos 15,5 — isso dados do Ipea, espero que estejam certos —, 15,5% do PIB. Em geral os dados do Ipea são bons. Quase 16% do PIB de investimentos. Isso é muito pouco porque nós já tivemos, no passado, muito mais do que isso e nós temos que tr pelo menos 25% do produto.

Mas de qualquer maneira estmos recuperando o investimento. Eu espero que esse ano a recuperação seja maior ainda.

Esse gráfico diz respeito a uma outra questão fundamental. Para haver recuperação de investimentos nós temos que ter poupança e temos que ter confiança.

Esse gráfico que está aí mostra sabem o quê? Taxa de juros. E vocês vão ver — eu não tenho isso aqui no meu conjunto, é difícil eu ler aqui dessa distância —, mas vocês vão ver a enorme queda da taxa de juros. Agora, eu vou dizer um palavra não habitual: over Selic. Over Selic é uma maneira dos economistas dizem que a taxa de juros que o governo coloca no Banco Central. É o juro primário, com o qual ele vai vender seus próprios títulos. Os títulos públicos são vendidos pela taxa over Selic. E ele tem efeitos sobre o conjunto da taxa de juros do resto da economia, mas não é imediato. Esta é a taxa de juros que nós controlamos.

Nós controlamos isso e nós controlamos uma outra coisa. É a quantidade de dinheiro à disposição do público. É o chamado compulsório. Vocês leram todos que estamos soltando o compulsório e que estamos, por isso, também, ampliando os prazos de financiamento. E a taxa de juros básica é esta. Podem ver que ela chegou a níveis bastante baixos e ela está tendo uma tendência crescente à sua queda. E aqueles que disserem que eu sou favorável a manter a taxa de juros alta para desaquecer a economia, dizem o que não sabem, porque eu sou favorável à queda, como aí está, uma queda controlada. Controlada em função de quê? Dos outros fatores macro-econômicos que dizem respeito ao equilíbrio fiscal, que dizem respeito às pressões de demanda, etc., etc.

Mas aí está o retrato vivo da política feita nesse último tempo e a taxa foi lá para cima por causa da crise do México e por causa do superaquecimento da economia no ano passado.

Então, eu peço que leiam, que vejam dados, não só impressões. Isso terá efeito. Isso terá efeito sobre as outras taxas de juros que são derivadas indigenamente desta aí e do mecanismo que o governo tem de acelerar a possibilidade de colocar mais recurso à disposição dos que vão ter uma ação produtiva.

Então, está crescendo o investimento, está baixando a taxa de juros. Essa é a política de crescimento, portanto, e não de estagnação. Política de crescimento da economia para permitir que haja um maior bem-estar.

Outro índice aí que mostra os investimentos públicos paa 96.

Pois bem. Na verdade nós temos que mobilizar recursos do setor público para estimular o crescimento e para a geração de empregos.

Por que estimular o crescimento? Aquela tabela que eu mostrei anteriormente, aqueles gráficos mostrando uma queda imensa no investimento, a queda maior foi a queda do setor público, porque no passado, lá atrás, nós éramos superavitários, então investíamos. Petrobrás, Eletrobrás, portos, etc., etc.

Quando você tem investimento público e a ele se acrescenta o privado e vem o estrangeiro, a taxa vai lá para 25,30%. O que aconteceu no Brasil é que o crescimento quase se resumiu ao setor privado, porque o setor público passou a entrar em déficit. E além disso os estrangeiros se recolheram, se retraíram. Então a nossa economia caiu no seu desempenho.

Agora estamos fazendo o contrário. Nós estamos atraindo capital estrangeiro e estamos repondo o sistema público em condições de poder investir. Ainda estamos com muitas dificuldades nessa área, não obstante vejam aí os investimentos públicos para 96 no que diz respeito à área mais social, mostrado aí o BNDES e as empresas estatais. Cada um deles tem US$ 11,3 bilhões de investimento programados para 96, o que significa um crescimento sobre 95 de 59% no BNDES e de 24% no caso das empresas estatais.

Então o governo não está parando a economia; está investindo no setor público também. Aí estão os dados. Não são palavras. E mais, isso gera emprego, 4,5 milhões num caso e 600 mil noutro caso. Isto é 96. Convém, também, fazer as continhas para não fazer contas erradas e depois pensar que a geração de empregos está aquém do possível. É sempre bom contar. Eu acho que no mundo moderno quem não sabe escrever nem contar tem dificuldades de entender. E é por isso que nós temos de aumentar o grau de escolaridade.

Mas mesmo para nós que sabemos ler e escrever, muitas vezes nós nos confundimos. E número é difícil; confunde a gente. Esses números vão ser distribuídos para que todos possam ter acesso a eles.

Pois bem. Mas não é só isso. Vamos ver o Plano Plurianual de 96/99, que foi objeto na exposição do ministro José Serra — aliás os dados de emprego também — e tem sido objeto de algumas apreciações, mas ainda não estão suficientemente conhecidas.

Vocês poderão ver aí que, pelo Plano Plurianual, ou seja, até 99, os gastos da União em investimento, infra-estrutura, agricultura, ciência, tecnologia, desenvolvimento social e outros estão aqui.

Diga-se de passagem, sem ciência e tecnologia, não vai haver, também, a transformação necessária. Ela faz parte do bem-estar social. Eu diria o contrário hoje. A ótica tem de ser do bem-estar social. Quer dizer, se não se pensar em bem-estar social, não existe o que pensar em economia. É o contrário aqui, a ótica da ciência e tecnologia é fundamental, porque dá acesso a um conjunto de modos de funcionamento do sistema produtivo, e mesmo do sistema organizacional, que são essenciais.

Pois bem, aí estão os dados. Como temos dados demais, isso confunde a gente. Vejam lá: a quantidade é apreciável de recursos, está em milhões de reais. Então, vejam que é apreciável de investimento, de custeio total, e nessas várias áreas. E nós estamos sempre, também, prestando atenção nos programas específicos de geração de empregos e qualificação profissional, que aparecem na tabela seguinte. Não se preocupem com os números, que serão distribuídos.

Verão, aí, que nós temos, um programa chamado Proemprego, que é diferente do outro programa que eu mencionei aqui, dos investimentos públicos do BNDES e das estatais. No programa Proemprego nós temos um valor previsto, para este ano em curso, de 6 bilhões de reais. Vejamos a diferença. Na tabela anterior, falava-se em 388 bilhões. Aqui, 6 bilhões, porque é desse ano, não é do conjunto. Só nisso aqui, são 6 bilhões no Proemprego, para saneamento ambiental, infra-estrutura turística, transporte coletivo, urbanização, revitalização de subsetores industriais. E isso vai gerar 2,7 milhões de empregos.

Então o governo está atuando. Está atuando, não só globalmente, no crescimento econômico, nas áreas críticas, já mencionadas, de agricultura, de infra-estrutura, de ciência e tecnologia específica de desenvolvimento social, mas está pondo ênfase em alguns programas, que são programas como esse programa Proemprego. A fonte, aqui, é o Ministério do Trabalho, que está cuidando disso.

E temos, ainda, um programa, que é outro programa, é o Proger, Programa de Geração de Emprego. Aí, nós temos o Proger, o Proger Rural e o Pronaf. Esses programas são essenciais. Por quê? Porque se começa a pegar o fundo do tacho. Você pode dizer: "Bom, infra-estrutura vai dar muito emprego, amplia a mão-de-obra e tal". Vai fazer uma rodovia, vai fazer uma represa hidroelétrica, etc. Agora, aqui, não. Esses, aqui, são diretamente programas que têm a ver com a pequena população do campo e da cidade.

Eu visitei programas desse tipo, feitos pelo BNDES e Banco do Nordeste. Vi lá, em Touros, no Rio Grande do Norte, já me referi a isso — uma pequena cooperativa, na questão de pesca. O BNDES está desenvolvendo muito esse tipo de programa. Nós pedimos que organizações não-governamentais avaliassem o programa, porque não adianta fazer o programa. Tem que avaliar o programa, tem que corrigir o programa. Mas avaliar olhando, indo lá, vendo e não avaliar com conceitos, analisando. É importante ter essa mentalidade e é importante que o governo seja humilde, que corrija o que estiver errado. Que não pensem que, ao dizer isso, eu não estou dizendo: está feito. Não. Eu estou propondo. Que corrijam, que peçam outras coisas, que vão lá analisar. Para isso, então esses conselhos e outros mais.

Pois bem, mas aqui estão. E os empregos gerados estão marcados, aí, ao lado. E vão receber, também, quantos milhares de pessoas, nesses programas, vão ser atendidos. E eu dou muito importância ao Pronaf, que é um programa de agricultura familiar. Não adianta falar — e eu falarei já — só sobre reforma agrária, se não houver um programa de agricultura familiar, que é um programa de economia de subsistência, quase subsistência, do pequeno proprietário, que tem que estar atendido com coisas elementares. E quando eu falar sobre isso, eu digo a importância de mudarmos certas práticas do próprio Estado.

Além desse programa, do Proger, nós temos o programa de formação e reciclagem profissional. Aí, nós estamos aplicando, nete ano, 300 milhões de reais. E nós vamos aplicar, em 97/98, 950 milhões. E em 1950, eram 60. Multiplicamos por cinco, de um ano para outro, multiplicamos por cinco, E, eu peço a atenção quando forem ler o orçamento, leiam o orçamento com duas preocupações. Primeiro, não adianta olhar o orçamento. Tem que ver o executado, porque o orçamento, no Brasil, com a inflação que era no passado, não diz nada. Era só colocar lá. Depois não executar. Tem que ver quanto foi gasto mesmo. E, depois, tem que ver, não é o quantitativo global, é no que foi gasto, no subprograma, porque, às vezes, se gasta muito e vai para pessoal burocrático. Adianta pouco. Ou vai para um programa que não tem efeito. Têm que ver se os programas sensíveis — estou pedindo que sejam fiscais disso —, se os programas sensíveis estão, realmente, sendo bem, digamos, atendidos, através das medidas.

Pois bem, para isso tudo, nós precisamos, também aumentar a eficiência nas políticas socias, porque, se nós... A sociedade está, cada vez mais, digamos, ansiosa por resultados. E é bom que assim seja. Ela está cada vez menos tolerante. A um ponto tal que dá a impressão que se quer que a dívida social, que é imensa e que é secular, seja paga em um ano. Tem que ser paga em prestações, mas tem que ser paga. E tem que saber se realmente, ao pagar à prestação, não se está aumentando o capital inicial, se o principal não está crescendo, porque, se o principal estiver crescendo, você paga e não resolve. Então, tem que haver, realmente, um critério de controle disso.

Mas a sociedade está cada vez mais nervosa com a falta de eficiência. Tem uma tabela, aí, que vocês podem ver. Não creio que seja necessário olhar muito. Esta aí, mostra quais são os gastos, como está crescendo o gasto social do governo federal, em bilhões de reais. Mas eu repito: daqui por diante, não é só ver se tem o gasto, é qual foi o desempenho, se, efetivamente atingiu o resultado.

E, aí, tem um outro que eu peço que mostre, que é a questão crucial, hoje, que é a questão da reforma agrária. Aí está o número de famílias assentadas. Eu não vou entrar em discussão. Eu não vou saber porque esses número são... A fonte é o Incra. Muito bem, não importa saber... Alguns vão dizer: "Não, aqui 42 mil, 912 famílias". Eu já vi os RG de cada uma. Me mostraram. Tirei fotografia. Agora, vão dizer: "Bom, mas não foi assentado, foi só regularizado." Só que os outros, também. "Ah, mas a terra não foi desapropriada nesse ano." É claro que não. Eu estou desapropriando, agora, para o ano que vem.

Então, não é assim que se avança. Não é levantando, fazendo quesilha, dessa maneira, que se avança. Precisa-se perguntar é outra coisa — eu até quero verificar, depois, a resposta do Incra, se os dados anteriores têm o mesmo critério. Se têm o mesmo critério, é só... A média era 16 mil. Deu 42 mil. Se o critério for o mesmo, se, no passado, também, os computados são aqueles que foram regularizados, se, no passado, como é óbvio, as terras não foram desapropriadas naquele ano, porque nunca são, e só no ano anterior, essa discussão é vazia.

É esse o dado, nós fizemos um imenso esforço e vamos continuar fazendo. Nesse ano, nós queremos assentar 60 mil famílias. Eu recebi os dirigentes do movimento dos sem-terra. Aliás, recebi hoje um fax de um deles, para cobrar — e eu cobro aqui também — a lei a respeito da questão das liminares, que parece que foi levada para o plenário da Câmara.

É assim mesmo que se faz a coisa. O Congresso tem sua autonomia. Eu já que, por mais que alguns queiram, eu não sou, não quero e não serei ditador. Tem que haver regras, tem que haver a Constituição. Dentro da Constituição, eu faço o que eu posso, numa certa direção. No caso da reforma agrária é isso. Nós vamos fazer, dentro da Constituição, um esforço muito grande, estamos fazendo. Não adianta me pedir MP, Medida Provisória, sabe por que? Porque a Constituição proíbe, proíbe que eu faça MP sobre matérias que são de Lei Complementar ou de Códigos e essas matérias são de Lei Complementar. Então, não podem pedir que o Presidente da República transgrida a Constituição. Não tem sentido.

Agora, dentro das regras, do que eu posso, estamos fazendo. Este ano vamos assentar 60.000. Essa é a meta que nós achamos que é possível. Por que nós achamos que é possível? E que não me mal entendam: não é questão de recursos. Isso não quer dizer que o Incra tenha recurso para ter gasolina para automóvel no Piauí — eu não sei se tem ou não tem, talvez até nem tenha. Mas, o recurso dado em tese e em gênero não resolve. A meta tem que ser física: quantos estão assentando? Está ou não está assentando? Porque, se não se pode dar o recurso e o recurso desaparece da burocracia, não adianta.

Eu tenho outra impressão. eu acho que precisa ter menos recursos e mais eficiência. Ou melhor, os recursos adotados para aquelas áreas que são realmente sensíveis, não é menos, mas não desperdiçados em áreas que não terão efeito. Tem que haver um controle da qualidade do recurso, do uso do recurso. Desempenho, eficiência: 42.000 famílias é o máximo que já foi feito, pelo menos pelos dados que eu tenho, do Brasil, 60.000 será uma coisa absoluta. 280.000, que é o meu programa de 4 anos, que eu disse, foi aprovado pelo povo, é muito. Mas compare com o número dos que necessitam.

Esta comparação é sempre cruel, no Brasil. Mas não podemos derivar, dessa comparação, um obstáculo àqueles que estão fazendo o máximo que podem fazer. Não se pode utilizar uma comparação, que será sempre de dizer: "Não fez quase nada", para aqueles que estão fazendo, porque vão apenas limitar a ação dos que estão fazendo, sem que se beneficie, em nada os que necessitam. É ao contrário, tem-se que pedir é mais apoio da sociedade, para fazer mais. É mais mecanismos que permitam ao governo fazer mais. Porque a máquina estatal não fomos nós que criamos, está aí. E ela tem muitos problemas. Ela também tem que melhorar e ser atendida, em certas demandas, mas ela não tem capacidade para ir além de certo limite. O Estado, nesse sentido, seria uma máquina também, que pode produzir X, e não X + Y. Quem quiser X + Y, ajude a mudar a máquina, me dêem a reforma administrativa. Deixem que eu economize em pessoal, para que eu tenha mais recursos para a ação efetiva. Mas, ao não darem a reforma administrativa e pedirem que façam mais, o argumento não é o argumento correto, porque está embutido nele uma impossibilidade de antemão. Não é certo, não é justo, não é honesto.

Nós vamos fazer com muito empenho, como estamos fazendo. E eu fiz o máximo que podia fazer, que é nomear um ministro especial para a reforma agrária, para ficar ligado diretamente a mim, porque não existe módulo administrativo, nem é bom que um órgão de administração fique ligado à Presidência, que era a demanda que existia. Mas está demonstrado com clareza o empenho — agora o empenho não pode ser só meu. E o empenho não pode ser, repito, de pedir sempre mais, pedir o impossível. Quem pede o impossível não quer nada. O que tem que verificar é se se avançou, se está utilizando o máximo de que dispõe, e não pedir a respeito de uma coisa que se sabe, de antemão, que não dá para atender, porque não se dispõe.

É preciso, eu renovo o apelo, modificar certos aspectos da legislação. E nós estamos modificando. As leis, algumas idéias são do governo, com negociação no Congresso, porque nós estamos vivendo numa democracia, e numa democracia o Congresso é soberano. E o Presidente da República diz o que pensa, seus Ministros dizem, faz pressão, mas respeita as decisões, porque a maioria é a regra da democracia. Acho que eu me empenharei ao máximo, nessa questão, dentro desses limites, que são fundamentais.

Agora, que acho que nós temos que olhar, também, tem uma outra tabela, mas passa rápido, duas, porque, simplesmente são os gastos do desenvolvimento social, de investimentos de custeio da União, no plano plurianual e, depois, a mesma coisa, de uma forma diferente. Mas, agora, o que eu queria mostrar é o seguinte, temos recursos, estamos usando, estamos tentando maximizar os recursos, em termos numéricos, mas a questão fundamental é, como é que se gasta melhor?

A regra é a descentralização. Peguem a reforma agrária. Não se trata da municipalização. Não é pegar a responsabilidade do Governo Federal e entregar ao prefeito, que vai ser submetido a pressões dos lafifundiários e que não vai poder fazer. Não, isso não é certo. É descentralizar, como nós estamos fazendo na saúde, na educação. Todo mundo queria o SUS. Por quê? Porque o SUS permite um atendimento mais... O SUS é o Sistema Único de Saúde, descentralizado, conjunto, parceria, Governo Federal, Governo municipal e Governo estadual. Recursos não do Governo Federal, os outros somam os seus recursos, e há Conselhos que controlam.

Com a questão da reforma agrária tem que ser do mesmo modo. Nós temos que descentralizar porque de Brasília, do Incra, por mais que o Ministro e o Presidente do Incra queiram, não se vai fazer. Vai se enganar. E eu não vou criar mais burocracia ministerial e um ministério novo. Não se trata disso. Trata-se de um Ministro que vai agilizar esses processos e, inclusive, o da descentralização. Mas essa descentralização é em tudo. Eu vou dar o exemplo da saúde, tem os gráficos aí.

Aí nós temos, na saúde, 94, 95. Os programas de saúde da família. São 328 equipes em 94, 687 em 95. Atendia 66 municípios, 65; vai atender 177. Agentes comunitários de saúde, passou de 29.000 para cerca de 35 ou 36 mil, e vamos a quarenta e poucos mil, e vamos a 50 mil esse ano. Programa de suplementação alimentar do "Leite é saúde", passou-se de — eu não sei qual é a unidade aqui — 480 a 915 programas, municípios conveniados. Mesma coisa nas campanhas de casos de tétanos néo-natal, cobertura das campanhas, 95% dos municípios cobertos pelas campanhas. E o Hospital Amigo das Crianças passou de 11 para 22. Como é que se está fazendo isso? É valorizando o SUS, é valorizando da descentralização.

Nós precisamos de mais recursos para a saúde, o Presidente da República e o Governo se empenham na aprovação da contribuição financeira provisória para a saúde. Eu já disse isso dez vezes, para que não tenha dúvida, porque nós precisamos de recursos. Eu não sei se o imposto é bonito ou é feio, mas ele vai pegar no bolso de quem tem, e não de quem não tem. Porque quem tem cheque é quem tem.

Então, nós precisamos desse recurso, para poder ampliar esse mecanismo de atendimento da saúde. Há efeitos que aparecem nesse caso, eu vou mostrar já. Mas, antes disso eu quero dizer que, na questão da educação fizemos a mesma coisa. No livro didático, por exemplo, nós multiplicamos de 60 milhões para 110 milhões o número de livros distribuídos. O valor de 159 milhões, para 217 milhões. E nós fizemos com que isso fosse atendido até março, a 98% dos municípios.

Pouca gente sabe num programa, o que significa dar 110 milhões de livros. E é preciso fazer isso. Isso é programa social também, é a universalização do acesso à educação. Mas, o mais importante, não é nem isso. O mais importante é o que estamos fazendo pelo professor. O Congresso vai votar, já, o plano de valorização do professor, para melhorar o salário do professor, e temos a TV Educativa, para treinar o professor. Estamos universalizando, portanto, o acesso à educação.

Nós não sabemos quantas crianças andam fora da escola — entre parênteses — nós precisamos saber melhor os dados, ver melhor os dados. Isso lembra a questão dos meninos de rua, eram milhões, fomos verificar, são poucos milhares. Isso não diminui o problema, o drama. Mas eu não sei se daqui a pouco não vai ter mais gente fazendo estudo sobre menino de rua do que menino vivendo na rua.

Hoje eu vi um dado, no **Estado de S. Paulo** a respeito de trabalho infantil, na zona da cana-de-açúcar, em São Paulo. Caiu de 10% em 94, para 5% em 95 e 2,5% esse ano. Eram 4.000, hoje, é bastante menor do que isso. É uma vergonha, do mesmo jeito. Porque não pode ter nenhum trabalhando, porque aquele trabalho não é trabalho para criança. Mas estamos atuando. Aí são os procuradores, os quais têm tido um papel importantíssimo na renovação social do Brasil. Estão indo lá e lutando. Está diminuindo.

Quer dizer, esse sentimento de que as coisas estão andando não é porque eu queira gabar esse Governo, é a sociedade que está andando. Mas nós temos que ver os números corretos, porque senão nós vivemos sempre afogados em números, que ninguém sabe de onde é que saem, e que nem sempre correspondem à realidade.

Pois bem, no caso da educação nós não sabemos quantas crianças estão fora da escola. No ano que vem nós vamos saber. Daqui a pouco meses nós vamos saber: com a PNAD 95, e numa outra pesquisa que estamos fazendo, sobre o nível de vida, realmente qual é a situação do brasileiro. Porque casa, nós pensávamos que o déficit era de 15 milhões e é de 5 milhões. 5 milhões é uma enormidade, mas 5 milhões dá para atender num prazo, digamos, de 10 anos. Quinze não dá.

Então, é preciso ter mais acurácia na informação, e não fazer comentários alarmistas sobre informações imprecisas. Fazer comentários não alarmistas, indignados, isso sim, sobre a vergonha que nós ainda temos. Porque mesmo que baixe ainda os números, é muito o que tem, e nós não podemos aceitar o que tem.

Pois bem, na educação é o mesmo processo. Estamos distribuindo dinheiro diretamente às escolas, pela primeira vez, estamos descentralizando. Fizemos convênio com os Estados. Essa é a forma nova. Ao fazer isso nós estamos mudando o Estado brasileiro.

Antes de falar um pouquinho sobre a mudança do Estado, eu quero que vejam aqui os dados sobre o quadro de natalidade infantil. Eu não o vejo daqui. Mas aí tem uma ... vocês vão receber. Isso é só em Alagoas.

A queda é drástica, da mortalidade infantil. Por que? Comunidade Solidária. Programa do Leite, atendimento do Médico de Família, Agente Comunitário. E ainda não temos água encanada que teremos, no fim do governo. O ministro José Serra está tomando as medidas nessa direção, buscando dinheiro lá fora e reformando as estruturas que tomam decisões para isso.

Pois bem. Olhem os dados aí e vejam, depois, como caem. Caiu no Piauí e caiu no Ceará, que são os dados que nós dispomos. E cai muito. E isso não cai sem ação de governo, cai com ação de governo.

Não adianta ficar falando que o governo não faz nada porque aí está. Eu quero ver números, não quero ver palavras, não quero ser retórica nem demagogia. Número. E número não se consegue senão depois de muito trabalho, precisa de tempo, persistência, e aí estão os primeiríssimos resultados.

Pois bem. Se isso tudo é importante, é fundamental, se nós precisamos realmente de tudo isso para mudar o Brasil, nós temos que mudar a estrutura do Estado. Estrutura do Estado não é so a reforma administrativa, que mexe com o Judiciário, que mexe com a questão fiscal. Não é sequer só o que o ministro Bresser está planejando de reorganização de Estado. É muito mais do que isso.

Primeiro é mudar a mentalidade. E os senhores estão mudando a mentalidade do Estado. Não sou eu não. Estes mecanismos que fazem com que esses conselhos que não são do Estado entrem em cooperação direta com o Estado, suscitem problemas, critiquem, reclamem, entrem em crise, não tem importância, isso muda o Estado. E muda mais, porque nós estamos mudando também, ao termos terminado com o ministério do Bem-Estar Social e com o ministério da Integração Regional, ao termos passado os convênios para a Secretaria de Assistência Social e ao termos feito convênios, como estamos fazendo na educação, na saúde, com esses municípios, e ao exigirmos também, na questão de habitação, de saneamento, ao exigirmos que nesses convênios haja mecanismos democráticos e que na comunidade não seja o chefão local, o político local que mande, que não seja a influência política. Ela tem que existir, deputado tem que exercer influência, como o presidente da República também, mas adequadamente, ao refazermos isso nós estamos refazendo o modo pelo qual se faz a gestão política dos recursos do governo e o controle desses recursos. E isso é fundamental para que nós tenhamos eficiência no gasto público.

Nós estamos mudando. Vou dar um só exemplo. Caixa Econômica Federal. A Secretaria de Habitação do Ministério do Planejamento propôs novos programas de atendimento às casas populares. Diga-se de passagem, a Caixa Econômica não publicava balanço há três anos, porque estavam no vermelho. O ano passado teve lucro.

Nós mudamos a Caixa Econômica. Se recordarão os que são parlamentares, os debates havidos para dizer que era um absurdo o que estava-se fazendo. Estavam fechando superintendências.

Quantas pessoas eu recebi? De governadores e todo mundo? Nós não fizemos barulho mas nós mudamos a estrutura de funcionamento, nós enxugamos a Caixa.

Antes disso, no governo Itamar. Fizemos o plano de ação imediata. E no plano de ação imediata nós recompusemos a necessidade dos governos estaduais e das prefeituras pagarem a Caixa Econômica.

Fizemos a negociação de dívidas e fizemos uma palavra que muitos dos senhores têm horror e eu também, mas é necessário. Cadin. Pode-se discutir uma forma do Cadin não impedir o desenvolvimento social, mas não uma forma do Cadin proteger quem não paga e pode pagar.

Como agora começaram a pagar, porque tem o cadastro dos que estão inadimplentes, e se não pagarem não recebem, um filete de recursos começou a entrar na Caixa Econômica, a Caixa Econômica começou a se repor. E ao se repor ela pode fazer duas coisas que são funções sociais fundamentais: saneamento, que estava parado, e habitação.

O Ministério do Planejamento, a Secretaria de Habitação fez várias propostas, uma muito interessante. Chama-se carta de crédito. E nós estamos mudando a concepção do financiamento da casa. Ao invés da Caixa Econômica emprestar para empreiteira, em grande somas, e a empreiteira toca juros e o dispêndio é alto e o custo é caro, ela está emprestando ao cliente, à pessoa.

Se forem ler os jornais de hoje, o dr. Cutolo está dizendo nos jornais o que ele disse a mim há uma semana e deve ter dito ao ministro Serra também, que nós dispomos de mais recursos do que fomos capazes de atender à população, porque a exigência burocrática era tão alta que nós podíamos atender 400 mil pessoas e atendemos 50 mil, porque o pobre não tem condições de percorer os meandros da burocracia para obter o financiamento.

O que ele fez? Está propondo ao Codefat, que é dos trabalhadores, que os trabalhadores permitam que ele saia do sistema financeiro da habitação e façam o crédito como se fosse o crédito pessoal direto, de tal maneira que caia a burocracia e a pessoa possa pegar diretamente dinheiro para a sua casa e fazer a sua casa, construir a sua casa. Isto é um progresso essencial. Isto é social. Não é econômico. Não é o ministro do Planejamento com o presidente da Caixa Econômica, não. Isso tem efeito social, assim como tem efeito social quando se for fazer — estamos criando os recursos, os mecanismos, o ministério da Saúde já faz no saneamento a custo zero para algumas populações —, nós estamos fazendo grandes programas de financiamento e nós estamos mudando o modo como se faz. Isso é qualidade, não é dinheiro. É outra coisa. É mudar a cabeça, é mudar a mentalidade, é acabar com o clientelismo, acabar com o protecionismo, com o mandonismo e com a corrupção. Isso é social. Se não se acabar com tudo isso, se não mudar tudo isso, não vai fazer desenvolvimento social.

É essa, em termos gerais — e aí podem ver, há uma lista que depois vão receber também, de programas que, por estas razões que eu dei, vão ter, agora, a lupa direta da Presidência da República em cima desses programas — depois os senhores verão que são esses programas universais, programas que visam oferecer, em condições iguais, a todos os cidadãos brasileiros, acesso a certos itens que são básicos para que as pessoas possam ter uma vida melhor. Estão aí os dados.

Mas isso não exclui... se eu disse que o primeiro ponto a ressaltar era a unidade entre o econômico e o social, que o segundo ponto era a universalidade e dei alguns exemplos de como estamos fazendo, e o bom uso do gasto e a modificação das estruturas políticas para atender efetivamente a população, isso não exclui a outra questão que é enorme, que é a questão dos bolsões de miséria e de pobreza.

Aí é o programa que está contido no Comunidade Solidária. O Comunidade Solidária não é o conjunto do governo. Não tem nada a ver com educação, com saúde em geral, com habitação, com saneamento, nada, nada a ver. Tem a ver com aperfeiçoamento, melhoria do desempenho dos programas do governo nas áreas onde especificamente há concentração de pobreza e de miséria.

E para isso nós temos a secretaria executiva do Programa Comunidade Solidária e temos o conselho, que estão fora do governo, para que façam a crítica e façam o enlace com a sociedade em parceria, visando a essas populações, as mais carentes.

Muito bem. Tem uma tabela aí que pode mostrar o que está sendo feito nesse programa do Comunidade Solidária. Vocês vão ver também que nesse caso nós temos as metas para este ano: merenda escolar, distribuição diária de 3,4 milhões de refeições para as crianças. Vejam bem, nós distribuímos 34 milhões de refeições no programa do Ministério da Educação.

No Comunidade Solidária, esse 3,4 milhões é a mais; é para dobrar a merenda e o número de dias que as pessoas recebem merenda nas comunidades mais carentes para poder ter como resultado a queda da mortalidade infantil, a melhoria da nutrição etc. etc.

É um a mais. É além dos universais. Aí sim, é compensatório. Tudo é resgate da dívida. Mas aí, digamos, é aquele que já estava condenado e que não pode ser condenado. Tem que recèber um tratamento especial de recuperação.

Temos o PRODEA, que distribui 700 mil toneladas de alimentos, tem o kit educação, o transporte escolar, o combate à desnutrição com distribuição alimentar para suplementação de 1,4 milhão de crianças, agente comunitário de saúde em certas áreas, a vacinação, água potável... Bom, aqui nós mudamos o critério.

Quantos eram os municípios? 302. Agora serão 1.000 municípios. Quando era 302 não faltou quem fosse buscar o fio político para voltar a dizer que tem clientelismo. Agora são 1.000. E em 1.000 os partidos que me apóiam devem ter ganho em 995. Claro que se forem ver. "Ah, mas estão com o partido do governo." Todos ganhamos em tudo. O que fazer? Discriminar?

Não importa o partido. Nunca importou. O prefeito, de que partido era, nunca importou. Não é a análise correta, induz ao erro a quem ler, dizer que houve, ali, protecionismo, porque evidentemente a maioria dos prefeitos pertence a esses partidos que formam a coligação. Então, a maioria dos municípios também.

Mas não é por isso que eles são selecionados. É por critérios técnicos. Foi o IBGE quem fez a seleção. Então, os 1.000 mais pobres.

Está errado? Se estiver errado é erro técnico. E pode haver. Pode ser que as estatísticas não sejam boas, mas não é má-fé, nem deles. Foi defeito, foi impossibilidade, foi falta de recursos, foi uma porção de coisas. Mas os 1.000 mais pobres vão ser atendidos, e não só o 302. Então, nós vamos multiplicar por três ou mais a área que vai ser focalizada por esses programas e os efeitos far-se-ão sentir no decorrer do tempo. Esse tempo não pode ser medido nem em semanas nem em meses. Às vezes, são anos. Não tem importância. Nós não estamos aqui como o camelô, para vender a salvação dos mais pobres.

Nós estamos como gente convicta, comprometida com a mudança do Brasil e que, portanto, não se rende a argumentos baratos nem fica assustado com qualquer gritaria, dizendo que houve isso ou aquilo, desde que os números e desde que a direção seja contínua para provocar as mudanças que nós estamos provocando.

Pois bem, aí, tem também uma tabela que pode mostrar, mais adiante, quais são as regiões mais atendidas. É óbvio que a Região Sudeste, proporcionalmente, tem um maior número de municípios e os municípios da Comunidade Solidária vão estar mais na Região Nordeste, proporcionalmente. Podem ver na proporção, a Região Norte, Região Nordeste e a Região Sudeste... E a Região Sul e Sudeste é a que tem menos atendimento, porque é a que tem menos municípios em situação de carência. É por essa razão que isso aparece assim.

Bom, além disso, eu creio que... Já devo tê-los cansado bastante com a ênfase que dei para mostrar o quadro geral, porque, se nós não emos um quadro geral, nós nunca chegaremos a realmente nos entender, qual é o objetivo, quais são as questões. Mas eu queria dizer o seguinte: nós vamos nos empenha, a fundo — esse "nós" eu espero que sejamos nós mesmos e não apenas um setor da sociedade brasileira, ou só o Presidente, ou só o governo. O Presidente não tem nenhuma dúvida quanto ao seu interesse, pessoal e direto, nessas matérias, nenhuma dúvida. Só que ele tem essa concepção que aqui está. Não em outra. E foi eleito com essa. Ou seja, que eu não vejo separadamente as coisas. Então, eu tenho que atacar, simultaneamente, os programas universais, o crescimento econômico, a modernização do Estado, as reformas administrativas os bolsões de miséria, porque, se não for assim, eu não vou resolver. Eu vou dar ilusão. Pode ser até que eu faça bonito: acabei com um problema, num lugar. Vai e publica onde seja. Batem palmas. Não é o meu jeito. Não é nosso jeito. Isso é jeito do passado. Também, não é nosso jeito brilhar às custas da pobreza. Não é nosso jeito.

Nosso jeito é trabalhar com seriedade, com persistência com muito afinco, com muita vontade de mudar, mas somando forças, convergindo, pedindo maise com humildade. Se, de vez enquanto, eu tomo um tom, assim, mais agressivo, é por indignação, às vezes é por vontagde de que as coisas vão mais depressa. Mas eu sei que a gente tem que ouvir, tem que aprender, tem que, realmente, entender que a crítica, mesmo quando ela, às vezes, está mal baseada, ela também tem o mesmo propósito nosso, que é de melhorar. E nós temos que aceitar isso, temos que nos entender dessa maneira.

Mas eu acho que nós temos que ter uma visão de futuro. E, para ter essa visão de futuro, que nós já temos na economia, nós temos que pensar que, no social, com todo esse empenho que nós estamos tendo — e vamos ter mais — nós temos que pensar na geração futura, nas crianças. Tem que ter um foco nisso. Nós temos que fazer, realmente, um grande esforço, porque aí dá para você realmente, numa série de programas e de projetos, dá para realmente, imaginar que daqui a 20 anos, e quem não imaginar daqui a 20 anos está atrasado quem não tiver horizonte, não faz nada, faz uma ação pequenininha, que pode fazer estridência hoje, mas se perde no tempo. Nós precisamos realmente ter uma nova geração diferente.

E, ao pensar na criança, no trabalho escravo, na violência contra a criança, na exploração sexual, isto eu acho que nós devíamos dar uma atenção toda especial. Aí sim, toda especial, com muito empenho. E acredito que aí nós tinhamos que fazer uma parceria muito grande, pedir mais, porque essa é a verdadeira âncora social, se eu posso usar essa palavra.

A nossa âncora — tem a cambial, tem a âncora monetária, os economistas são... fora os marinheiros, que têm muitas âncoras —, nós precisamos de uma âncora social. Quer dizer, no que nós vamos assentar a nossa sociedade? É em tudo isso que é social, mas que é o futuro. Então nós temos que preparar esse futuro já. E aí eu acho que o foco tem que ser muito a questão da criança.

E para isso nós temos que, realmente, mobilizar mais. E a mobilização não se faz com o pé atrás. Não se faz. Ou nós temos, realmente, uma espécie de crédito de confiança recíproco, ou de todas as direções, de boa fé e vontade, mesmo, de unir, para resolver a questão e olhar a criança como sendo um foco, mas com muita ênfase nessas questões todas e em parceria com a sociedade, fazendo co que as pessoas se toquem mais. Algumas empresas no Comunidade Solidária já se tocaram. Poucas ainda, pouquíssimas. O crescimento econômico é muito forte, os lucros vão ser muito altos, o investimento está vindo. Nós estamos preparando um Brasil que vai ser um Brasil próspero. Não vai, se não houver um esforço grande para enfrentar a questão social.

O governo está mostrando o que está pondo de recursos do que tem, do pouco que tem, porque a verdade é essa. Então nós precisamos de mais apoio do setor privado, das organizações sociais em geral, para que nós possamos, efetivamente, marchar nessa direção porque o desafio é muito grande.

Nós pedimos — e o ministro Paulo Renato veio do BID agora —, nós pedimos ao BID US$ 150 milhões, que vaos ter, que é precisamente para as ONGs, para que nós possamos fazer com que essas ONGs, nesse plano, na questão da criança, na questão do trabalho escravo, na questão dessas vergonhas, dessas nódoas do Brasil, que elas tenham o foco. E que elas possam ver que o treinamento de formação profissional, treinamento do jovem, da juventude, universidade solidária, fazer com que o pessoal mais jovem se jogue, como se jogaram na universidade solidária, para olhar a situação da população, porque é muito fácil escrever um comentário em um jornal ou um decreto meu, aqui. O problema é ir lá ver, um pouco, olhar um pouquinho que seja, para ver qual é a situação e para ver que dá para mudar. Então eu acho que está na hora, com esses recursos que eu acho que virão, pedir mais ONGs para que se joguem, mas se joguem com eixo, somando forças, fazendo com que realmente os efeitos sejam multiplicadores e que nós possamos ter uma crítica baseada na realidade, porque é difícil ter um acesso e ter uma noção. Qual é o efeito do programa? Não adianta fazer programa e não medir o efeito. Tem que medir o efeito. E nós não temos no Brasil, no governo, instrumentos para isso.

Se tvermos recursos do BID, se alguns grupos de ONGs puderem realmente — já fazem — aumentarem a sua capacidade de medir efeito, de propor situações novas, maior criatividade, nós vamos avançar.

Eu acho que é um remendo desafio esse que nós estamos fazendo com o Brasil, nossa sociedade, no seu conjunto. É um desafio enorme. Nós já temos sinais muto claros, muito convincentes de que é possível — nós não conseguimos anda, ão tenhamos ilusões quanto a isso — a estabilização da economia em termos da moeda, mas estamos a caminho disso. Estamos a caminho da reforma, com os vai-e-vens normais de uma democracia. E eu insisto muito que é importante que seja numa democracia.

Estamos avançando. Vamos avançar mais. Agora está na hora de nós realmente fazermos um empenho imenso no social.

E eu não queria, hoje, aqui, como não fiz, trazer um plano. A idéia é um pouco antiga. Plano é quando você tinha um governo central, poderoso, que tinha tecnocrata, que decidia, que fazia. Não é mais assim. Agora é muito mais do que um plano. É uma motivação. Você pode ter objetivos, metas, rumos. Você pode ter um caminho, você pode fazer ligações. Mas quem imagina que com um plano resolve as coisas, meu Deus, está velho, tem décadas. E quem fala aqui foi planejador, como muitos de nós aqui, na Cepal, no Jipes.

Quantos planos? Eu fiz plano para o Uruguai, fiz plano para o Peru. Quantos planos? Nenhum deles foi implementado de verdade. Plano, hoje, é outra coisa. É convicção, motivação, até mesmo, confusão, até mesmo uma certa tensão, desde que ela seja criadora e desde que ela aponte em um certo rumo. Eu acho que é nisso que nós temos que ter convicção. E o Brasil tem rumo. Eu, realmente, faço um apelo aqui, a toda a sociedade e em especial aos que estão aqui. Eu preciso de vocês. Não sou eu não. O Brasil precisa de nós. Esse nós tem que ser muito abrangente para esses fins, tem que ser muito abrangente.

Com isso nós vamos superar os desafios e vamos construir uma nação decente, ua nação onde realmente nós não reproduzamos as desigualdades. Mas sem isso ela pode crescer na economia, ela pode até ter um governo que vá bem, em pesquisa e nas urnas, mas ela não vai ser capaz de fazer o que realmente é preciso fazer, que é uma nação onde se universalizem os direitos e onde o atendimento às pessoas seja realmente universal, onde nós possamos, um dia, não nos preocuparmos mais com os bolsões de miséria, porque eles terão acabado.

Muito obrigado."